



Filiado ao PMDB desde 1993, o deputado federal Darcísio Perondi graduou-se em Medicina no ano de 1974, no Rio Grande do Sul, e concluiu a pós-graduação em Puericultura e Pediatria, em 1976. Atualmente, ele é presidente da Frente Parlamentar da Saúde, substituindo o deputado federal Rafael Guerra. Nesta entrevista ao Jamb, Perondi, que está em seu quarto mandato na Câmara dos Deputados, fala sobre o futuro do orçamento destinado à Saúde com o fim da CPMF e a desfiguração da regulamentação da EC 29.

Como tem sido o seu trabalho na presidência da Frente Parlamentar da Saúde (FPS), substituindo o deputado Rafael Guerra?

A Frente Parlamentar da Saúde é uma das mais fortes. São mais de 200 parlamentares que lideram a luta da saúde com muita força e interação fortemente com todo o Parlamento e com toda a sociedade brasileira, tanto prestador como usuário, governo, cientistas. É uma atividade muito enriquecedora. O ano passado foi forte, pois conseguimos agrupar mais parlamentares, focamos na regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 29, e trabalhamos para que a imprensa nacional noticiasse a grave crise da saúde demonstrando que o setor não precisa só de recursos mas também de gestão eficiente. Este foi um grande avanço porque se a imprensa não mostra, o poder legislativo não se mexe. Frente

a isso, conseguimos R\$ 1 bilhão para reajustar a tabela do SUS depois daquela procissão feita em Brasília, em que o símbolo maior foi a figura do Dr. José Luiz, presidente da AMB, de muletas.

Como a FPS se posicionou nos dias que antecederam a votação da regulamentação da Emenda Constitucional 29 na Câmara?

A regulamentação da EC 29 foi desfigurada. Por um lado, ficou claro o que são as ações e serviços de saúde, ou seja, uma cirurgia, uma consulta, uma internação; não é calçamento nem pagamento de aposentados. Isto foi uma vitória e não vão mais poder desviar verba. Porém, no último dia da votação, o governo se reuniu com os ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo e decidiu enquadrar a base aliada e os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado à época, Tião Viana. A votação não foi modificadora porque nós ficamos atrelados ao PIB nominal, que é um indicador insuficiente para consertar o orçamento federal. Foi tudo organizado, foi uma traição do governo em relação à discussão de quatro anos.

E agora que o projeto tramita no Senado, vocês estão pedindo alterações no texto?

O que está no Senado está prejudicado. Pela regulamentação, o orçamento seria formado pela variação do PIB nominal mais R\$ 24 bilhões da CPMF, repartidos ao longo de quatro anos, o que mesmo assim seria absolutamente insuficiente. Como não teremos mais este dinheiro vindo da CPMF, estamos brigando no Senado para que seja votado o substitutivo do senador Augusto Botelho (PT-RR) ao PLS 121/2007, do senador Tião Viana (PT-SP), que propõe 10% da receita bruta corrente escalonada em quatro anos para a saúde, começando com 8,5%. Não queremos mais o projeto da Câmara porque não é mais aquele que o movimento nacional da saúde discutiu por quatro anos. Com este do Botelho, nós chegaríamos ao final de quatro anos com orçamento de mais R\$ 70 bilhões. Isso sim seria

maravilhoso. Percebemos que ao longo de dois anos a receita do governo disparou e o PIB não. Como vinculamos ao PIB, não conseguiremos crescer. A fonte clara, definitiva e suficiente é a receita corrente bruta proposta por Augusto Botelho. É por ela que vamos lutar.

O senhor era favorável à prorrogação da CPMF. Por quê? O imposto era fundamental para a saúde ou esta opinião se deve ao fato de a origem dos R\$ 24 bilhões ser a CPMF?

Eu lutei pela CPMF até a última hora porque era a principal fonte da saúde. Do ponto de vista econômico, não era uma boa contribuição para o país, mas para a saúde era. No ano passado, este imposto ajudou com R\$ 14 bilhões e significava 40% do dinheiro da saúde. Eu defendia porque as fontes eram insuficientes e nós íamos perder a principal. Agora, líderes da base aliada têm defendido a volta da CPMF com alíquota de 0,20% volta integralmente para a saúde, o que ainda não resolve. Eu penso que a CPMF teria que ser um acréscimo ao piso constitucional do orçamento e não uma fonte para o piso. Eu não aceito uma nova CPMF se não for um acréscimo ao piso. Aí sim, 0,20% vai nos dar mais R\$ 16 bilhões. Mesmo assim seria uma fonte provisória. Se houver uma nova fonte, que ela seja acréscimo ao piso, e não substitutiva. Nós precisamos de uma fonte definitiva, definida e suficiente, que a meu entender poderia vir da receita corrente bruta. Até existe em nível nacional um movimento liderado pelos sanitaristas Gilson Carvalho e Nelson Santos, que a Frente Parlamentar está apoiando, que é pela receita corrente bruta. Mas não me importa de onde vem esse dinheiro. Essa é uma decisão política que o governo tem que tomar, senão a crise na saúde vai aumentar e vai estourar no colo do presidente. Por outro lado, tem uma alternativa orçamentária: é um projeto interno do governo chamado Programa Piloto Integrado (PPI), ou seja, é um manejo orçamentário em que o governo pode tirar uma parte do dinheiro do superávit primário e aplicar em algum

programa. O governo então poderia reduzir um pouco o uso do superávit primário e usar R\$10 bilhões esse ano em caráter emergencial para a saúde. Isso o Governo poderia fazer já.

Qual a sua opinião sobre o orçamento destinado à Saúde para o ano de 2008 (por volta de 53 bilhões)?

Nós fechamos o ano de 2007 sem definir uma fonte clara, definitiva e suficiente para o orçamento da saúde. Essa é minha dor, porque o Governo atropelou e não deixou votar a regulamentação da EC 29 como queríamos. De outro lado, nós perdemos a CPMF no Senado. Na última hora o presidente Lula mandou um documento assinado por ele oferecendo toda a CPMF para saúde, não como fonte substitutiva. Funcionava assim: de cada R\$ 100 da CPMF, R\$ 40 eram da saúde. Os outros R\$ 60 ficavam para previdência, fundo de pobreza e para o tesouro. Na ocasião, o governo ofereceu R\$ 80 dos R\$ 100 para a saúde, o que daria para o ano que vem mais R\$ 14 bilhões. Tenho dito assim: naquela noite da derrota da CPMF, sob o ponto de vista da saúde, estávamos a um metro do paraíso e a um metro do inferno. Agora ficamos mais próximos do inferno.

O Sr. acha que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Saúde funcionará sem a CPMF?

O PAC é um interativo moral do Presidente da República. Ele admitiu a gravidade da saúde com um documento encaminhando a nós. Seus próprios líderes, agora, estão admitindo a crise. O líder do governo na Câmara admitiu no *Correio Brasiliense* do dia 14 de janeiro a gravidade da crise. O Governo tem que manter o PAC. Se ele tomar essa decisão de mexer no superávit primário e negociar conosco, movimento nacional da saúde, ele mantém o PAC. Aí nós salvamos, médicos, enfermeiros, dentistas e as pessoas que vão morrer pela crise do SUS. O mecanismo o governo tem, e nós estamos sugerindo o uso disso. O governo está liberando neste ano

para o BNDES R\$ 12 bilhões, que vão sair pelo Tesouro Nacional, para dar a grupos empresariais comprarem a Brasil Telecom. Quer dizer: tem esse recurso excepcional para o BNDES e não tem dinheiro excepcional para enfrentar a pior crise do SUS de todos os tempos?

O senhor tem acompanhado as frequentes manifestações dos médicos que trabalham na rede de saúde pública do Nordeste e o movimento lançado no dia 21 de novembro em defesa do SUS?

Eu apoio estes movimentos completamente. É mais do que necessário fazer isso. A crise é tão grave que se nós não levantarmos o país como um todo, nós não vamos enfrentar essa crise do financiamento. Esse movimento em defesa do SUS é ótimo, precisa se estender para todas as áreas da saúde e ganhar mais força em 2008. Se for preciso paralisação, ela deve ser feita. É duro fazê-la, mas eu não sei se nós não vamos precisar recorrer a ela ao longo desse ano na rede pública, na área filantrópica, na área privada e na contratada. A coragem dos médicos do Nordeste precisa se espelhar para todo o país com muita força. Nós médicos desconhecemos a força que temos.

Em janeiro, o Brasil assinou um acordo com o governo cubano que facilita a validação automática dos diplomas de médicos brasileiros formados em Cuba. O que o senhor pensa a respeito?

Eu sou contra. Os médicos, nossos colegas que se formam em Cuba, têm que passar por todo o processo de revalidação de diploma como qualquer outro profissional que se forma em qualquer outro país. Além disso, a formação em Cuba é questionável. O governo não pode dar prioridade, em hipótese alguma, nem para Cuba nem para qualquer outro país. Eu não concordo nem como parlamentar nem como médico. Esta é minha opinião e a da Frente. Nós fechamos com a AMB e com o CFM.

Qual a sua opinião sobre a CBHPM, cujo projeto que a referência já foi aprovado na Câmara e tramita agora no Senado?

Mesmo sem ser aprovada, a CBHPM já está fazendo alguns efeitos positivos. Algumas operadoras já melhoraram. Agora precisa sair. Nós temos até metade do ano. É possível que seja votado.

A FPS tem se mobilizado contra a abertura indiscriminada de escolas médicas?

Sim. A Frente fecha com o pensamento da AMB e do CFM. Precisa reavaliar a qualidade de ensino nas faculdades existentes, em especial as abertas recentemente, com a possibilidade de fechamento. Tem de fazer uma peneira, uma barreira forte. Por exemplo, uma faculdade de medicina no Acre. Lá precisa de médico, mas tem professores no Acre? O governo precisa de uma fórmula forte de remunerar não só o médico, o farmacêutico, o bioquímico para sua interiorização e não passa pelo PSF, é uma outra fórmula para interiorizar o médico nas regiões onde não existe. Não passa só com ida do médico, passa por hospital, laboratório, apoio técnico e financeiro.

O que o levou a abandonar uma carreira de quase 20 anos como médico pediatra para se filiar a um partido político (PMDB) em 1993?

Eu saí da enfermagem e do consultório direto para Brasília. Desde o tempo da escola eu tinha uma veia para atividade política. No Rio Grande do Sul, meu estado natal, me envolvi num trabalho comunitário numa Santa Casa que ganhou projeção regional. Aí fiquei com vontade de ajudar o Brasil na área política e convencido de que não tem outro instrumento no país para se mudar uma realidade que não o instrumento político, porque tudo passa por leis e por decisões governamentais. Juntando esses fatores, resolvi me filiar ao PMDB e atualmente estou no meu quarto mandato. Estou contente e me sentindo útil.